

O Estado de S. Paulo

15/7/1986

Pedidos de rigor nas punições

PORTO ALEGRE

AGÊNCIA ESTADO

Os presidentes da Câmara Brasileira da Indústria da Construção, Luís Roberto Andrade Ponte, e da Federação das Associações Comerciais do Rio Grande do Sul, César Rogério Valente, defenderam ontem, em Porto Alegre, a punição rigorosa dos integrantes da CUT e do PT responsáveis pelos incidentes ocorridos sexta-feira em Leme, entre bóias-frias e a polícia, nos quais duas pessoas morreram e 17 ficaram feridas.

"A Nação não admite, em hipótese alguma, que grupos pretendam romper o respeito às leis e ao estado de direito. É inaceitável que se tente levar o País à desordem, à anarquia e ao caos. Por isso, é imprescindível que os que promoveram os conflitos em Leme recebam as sanções máximas previstas na lei", ressaltou Luís Roberto Andrade Ponte, destacando que o PT e a CUT descambaram para "a insanidade, para uma posição irracional, tresloucada".

Ainda manifestando sua preocupação com a "radicalização crescente" desses grupos, o empresário gaúcho frisou que, somente nos últimos dias, eles pregaram abertamente a invasão de terras como forma de promoção da reforma agrária, e "insuflaram" os conflitos entre os bóias-frias de Leme. Acrescentou que os deputados do PT, que lideraram os piquetes contra os trabalhadores que queriam voltar às suas atividades normais, absolutamente, não estavam no exercício de seus mandatos.

Por sua vez, o presidente da Federação das Associações Comerciais do Rio Grande do Sul, César Rogério Valente, afirmou que o PT e a CUT estão desenvolvendo "uma estratégia nítida de agitação de afronta às autoridades constituídas, e não temos nenhuma dúvida em responsabilizar essas organizações por desfechos desfavoráveis que possamos ter no processo de abertura democrática".

Valente enfatizou ver com "extrema preocupação" o fato de que a democracia brasileira "está sendo solapada pelas atitudes radicais desses segmentos absolutamente totalitários. Na realidade, esses grupos têm na democracia a antítese do que desejam, que é um regime totalitário de esquerda".

Manifestando seu integral apoio às posições do ministro da Justiça, Paulo Brossard, "um homem com quem a Nação tem a felicidade de contar neste momento", o presidente da Federação das Associações Comerciais do Rio Grande do Sul sustentou que a lei precisa ser aplicada com todo o rigor, para a manutenção da ordem e da própria democracia.

Também o comandante-geral da Brigada Militar do Rio Grande do Sul, coronel Nilso Narvaz, condenou o radicalismo verificado em Leme, e frisou que pregações antidemocráticas vêm ocorrendo também no Sul. Citou como exemplo as ameaças feitas pelos "sem-terra" — cujos movimentos são dirigidos pelo PT, pela CUT e por religiosos —, de que a reforma agrária pode ser feita "com sangue". "Eles disseram isso com alto-falantes em frente do palácio do governo do Estado, e ainda acusam o governo de não ser democrático", enfatizou o coronel Narvaz.

Ele reiterou que a Brigada Militar está atenta às ameaças de novas invasões de terras no Estado, assegurando que elas não serão permitidas: "Se invadirem, nós tiraremos, pois essa é a nossa obrigação legal".

